



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681038 - SC (2021/0224232-7)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : DOUGLAS NAZZARI VIOLA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS NAZZARI VIOLA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal 0011032-06.2017.8.24.0020/SC).

O paciente foi condenado, como incurso no art. 155, § 1º, do Código Penal à pena 3 anos 4 meses e 13 dias de reclusão em regime inicial fechado e ao pagamento de 17 dias-multa.

A impetrante sustenta que deve ser afastada a qualificadora de rompimento de obstáculo, em razão da ausência de exame pericial no local dos fatos.

Destaca que, "em se tratando de crimes que deixam vestígios, a realização da perícia é medida imprescindível à constituição de sua materialidade" (fl. 7).

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação quanto ao excesso impugnado, até julgamento final do *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja afastada a qualificadora de rompimento de obstáculo, com a consequente readequação da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do

magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente